



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

LAUDO DE JULGAMENTO – HABILITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, nomeada pela **Portaria nº 7.614/2021**, analisou os documentos de Habilitação contidos nos autos do **PROCESSO INTERNO Nº 4.318/2021 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2021**, cujo objeto é a **Contratação de empresa de engenharia para execução de canalização e contenção de margens e processos erosivos do córrego do moinho – Tremembé trecho 06-200 metros lineares (seção 5), conforme memorial descritivo e demais anexos do edital, e depois da diligência efetivada nos termos do art. 43 § 3º da Lei de Licitações**, apresenta o resultado do julgamento da documentação dos licitantes, a saber:

- 1) **CONSERVASOLO ENGENHARIA DE PROJETOS E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 21.728.225/0001-39;
- 2) **EDE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 57.805.087/0001-91;
- 3) **POIEMA CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 18.915.430/0001-07;
- 4) **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 00.900.846/0001-88;
- 5) **KARAJÁ CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 12.476.090/0001-70;
- 6) **J. NASSIF ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 62.122.593/0001-16;
- 7) **TETO CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 13.034.156/0001-35.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

DAS CONSIGNAÇÕES EM ATA

Abertos os Envelopes contendo HABILITAÇÃO dos licitantes, abriu-se o prazo para as manifestações em Ata, sendo que naquela ocasião os representantes fizeram as seguintes consignações:

Pelo representante da empresa **POIEMA CONSTRUTORA LTDA**, fez constar em ata que:

a) A empresa **CONSERVASOLO ENGENHARIA DE PROJETOS E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA** não apresentou Notas Explicativas.

Pelo representante da empresa **EDE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÕES, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, fez constar em ata que:

a) A empresa **CONSERVASOLO ENGENHARIA DE PROJETOS E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA** não apresentou Notas Explicativas;

b) A empresa **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI**, o quantitativo do Gabião está menor do que o solicitado no edital;

c) A empresa **KARAJÁ CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA**, o quantitativo do Gabião está menor do que o solicitado no edital, não consta do acervo Enrocamento de pedra argamassada e também não tem concreto projetado.

d) A empresa **POIEMA CONSTRUTORA LTDA**, não tem o quantitativo exigido para Gabião; não comprovou o enrocamento de pedra argamassada e também não comprovou o concreto projetado;

e) A empresa **TETO CONSTRUTORA LTDA**, não comprovou o enrocamento de pedra argamassada.

DA ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Preliminarmente, cabe argumentar que o julgamento da licitação é prerrogativa e responsabilidade dos membros da Comissão Permanente de





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Licitações, por força do contido no artigo 51 c/c artigo 6º, inciso XVI, da Lei 8.666/93, com suas posteriores alterações, servindo os apontamentos em Ata apenas como parâmetro para análise dos fatos, não implicando em interferência no resultado do julgamento.

Para facilitar os trabalhos, compilamos os itens relativos à HABILITAÇÃO dos licitantes, que deveriam preencher os seguintes requisitos:

3.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

3.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

3.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

3.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Obs.: Estará dispensado de apresentar os documentos relacionados no item 3.1, a proponente que apresentá-los no credenciamento.

3.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

3.2.1. Comprovação de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.

3.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato.

3.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

3.2.4. Comprovação de regularidade perante a Fazenda Estadual – através de certidão expedida pela Secretaria de Estado dos negócios da Fazenda. (Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, de 09/05/2013).

3.2.5. Comprovação de regularidade perante a Fazenda Municipal – mediante apresentação de Certidão de Tributos mobiliários, notadamente o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativos ao domicílio ou sede do proponente. O proponente com filial no Município de Tremembé fica obrigado a fornecer a certidão relativa a esta filial, para atendimento do item.

3.2.6. Comprovação de regularidade do FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos.

3.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.3.1. Certidão de Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s), na modalidade Engenharia Civil ou Arquitetura ou outra modalidade com habilitação para execução do objeto.

3.3.2. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme Súmula n.º 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, destacando-se que será aceito o somatório dos atestados.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

3.3.2.1. O atestado deverá estar devidamente registrado no Conselho de Classe competente, ou a certidão a ele correspondente, referente à obra realizada em qualquer época ou lugar e integrante do acervo técnico atual da empresa, caracterizando a execução da obra sem irregularidades.

3.3.3. Comprovação da capacidade técnico-profissional: possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Certificado de Acervo Técnico, emitido pelo CREA – Conselho de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), na modalidade Engenharia Civil ou Arquitetura ou outra modalidade com habilitação para obras de Engenharia Civil e respectivos atestados de responsabilidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado por execução com serviços de características semelhantes às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, a saber:

GABIÃO TIPO COLCHÃO ESPESSURA 30CM - TELA PVC, ENROCAMENTO DE PEDRA ARRUMADA E CONCRETO PROJETADO.

3.3.4. A comprovação de vínculo profissional poderá ser feita mediante contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

3.3.5. Comprovação da qualificação operacional: Declaração formal de disponibilidade das instalações, de aparelhamento e pessoal técnico, necessários para realização do objeto do certame, indicando, inclusive, o(s) responsável(is) técnico(s), dentre os arrolados na certidão de que trata o item anterior.

3.3.6. A empresa deverá apresentar uma declaração expressa, conforme ANEXO IV, e sob as penas da lei de que:

a) não está impedida de contratar com a Administração Pública direta ou indireta;

b) não foi declarado inidôneo pelo Poder Público, de qualquer esfera;

c) não existe fato impeditivo à sua habilitação;

d) não possui entre seus proprietários, servidor ou dirigente ou Entidade contratante responsável pela licitação;

e) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus empregados;

f) cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

3.3.7. Declaração de visita técnica FACULTATIVA fornecida pela Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, afirmando que a empresa visitou os locais em que será realizada a execução dos serviços e tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação, pois após a conclusão do certame licitatório não será admitida qualquer argumentação de desconhecimento ou ignorância das etapas a serem cumpridas, do memorial, e demais informações. Nesta ocasião, será fornecido o "Atestado de Visita", nos termos do ANEXO VII.

3.3.8. A visita AO LOCAL deverá ser agendada previamente, junto a Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, pelo telefone (12) 3674-2112.

3.3.9. Caso o licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar Declaração nos termos do ANEXO VIII, sob pena de INABILITAÇÃO, em que conste a responsabilidade da Empresa Contratada em caso de ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato.

3.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

3.4.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.4.1.1. Para empresas em processo de recuperação judicial, será exigido o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital, em atendimento à Súmula nº 50 do TCESP.

3.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (**demonstrando, no mínimo: termo de abertura, termo de encerramento, ativo, passivo, notas explicativas e DRE**), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios,





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

podendo estar atualizados tais documentos, por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses, da data de apresentação da proposta, inclusive para empresas de pequeno porte. O Balanço deverá estar registrado na junta comercial ou cartório competente (Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial ou Cartório competente);

3.4.2.1. Entende-se por "último exercício social" aquele para qual já se esgotou o prazo para apresentação do BP e DRE para a Receita Federal.

3.4.3. Apresentação de Demonstrativo de Índice Contábeis, elaborado em papel timbrado da proponente, assinado pelo representante legal e pelo contador, de forma a comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante a apuração dos indicadores contábeis:

3.4.3.1. Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), superiores ou igual a 1 (um) e Índice de Endividamento (IE) menor igual a 0,50:

a) LG = Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo > ou igual a 1;

b) LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante > ou igual 1;

c) IE = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo / Ativo Total < ou igual a 0,50. (grifos e sublinhados nossos)

DA ANÁLISE TÉCNICA

Nesse aspecto, importante salientar que a análise da **CAPACIDADE TÉCNICA** apresentada foi realizada pelos engenheiros Srs. Sergio Luiz de Alvarenga, Renan de Paiva Mendonça e Hailton Monteiro do Amaral, nos termos do art. 43 § 3º da lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, consoante relatório anexo aos autos.

Assim, após ouvida a Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, verificando as consignações apontadas em ata e demais requisitos de Habilitação, tais como conferência de autenticidade de documentos, esta Comissão decide se pronunciar da seguinte forma:

INABILITAR as empresas, pelos motivos que iremos elencar abaixo:

A. CONSERVASOLO ENGENHARIA DE PROJETOS E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA

- Deixou de apresentar as Notas Explicativas, conforme item 3.4.2. do Edital.

De outro norte, temos o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 26 de novembro de 2015, que introduz alterações as NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE – NBC. Senão vejamos:





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

*NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE –
NBC TG 26 (R3), DE 23 DE OUTUBRO DE 2015*

*Altera a NBC TG 26 (R2) que dispõe sobre
apresentação das demonstrações contábeis.*

1. *Altera a alínea (e) do item 10, os itens 31, 54, 55, 82A, 85, 113, 114, 117, 119 e 122, inclui os itens 30A, 55A, 85A e 85B e elimina os itens 115 e 120 na NBC TG 26 (R2) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, que passam a vigorar com as seguintes redações:*

10. (...)

*(e) **notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;***

*113. **As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Na determinação de forma sistemática, a entidade deve considerar os efeitos sobre a compreensibilidade e comparabilidade das suas demonstrações contábeis. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas.***

114. Exemplos de ordenação ou agrupamento sistemático das notas explicativas incluem:

*(a) dar destaque para as áreas de atividades que a **entidade considera mais relevantes para a compreensão do seu desempenho financeiro** e da posição financeira, como agrupar informações sobre determinadas atividades operacionais;(Grifo nosso).*

As informações contidas nas notas explicativas procuram ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

demonstrações, para a verificação da boa situação econômica financeira da empresa.

B. POIEMA CONSTRUTORA LTDA

- Não apresentou o quantitativo para o item Gabião;
- Não apresentou comprovação para os demais itens estabelecidos na parcela de maior relevância, conforme o item **3.3.3** do Edital.

C. KARAJÁ CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA

- Não apresentou o quantitativo para o item Gabião;
- Não apresentou comprovação para os demais itens da parcela de maior relevância, conforme o item **3.3.3** do Edital;
- Índices não apresenta o "Índices de Endividamento", em desacordo com o item **3.4.3.1., letra "c"**.

D. TETO CONSTRUTORA LTDA

- Não apresentou atestado de capacidade técnica Profissional e Operacional;
- Não comprovou o enrocamento de pedra argamassada e ausência na demonstração da comprovação para os demais itens da parcela maior relevância, conforme o item **3.3.3** do Edital;
- Não apresentou Notas explicativas conforme item 3.4.2. do Edital.;

CONCLUSÃO

Assim, diante de tudo o que foi explanado, em simetria com a Lei Federal nº 8.666/93, bem como, às disposições contidas no Instrumento Convocatório, esta Comissão Permanente de Licitações, **INABILITA** as empresas: **CONSERVASOLO ENGENHARIA DE PROJETOS E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 21.728.225/0001-39; POIEMA CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.915.430/0001-07; KARAJÁ CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.476.090/0001-70 e TETO CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº**

7





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

13.034.156/0001-35, pelos motivos acima elencados e devidamente fundamentados no instrumento convocatório.

Decide, também, **HABILITAR** as empresas: **EDE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 57.805.087/0001-91, FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 00.900.846/0001-88 e J. NASSIF ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 62.122.593/0001-16**, pois atenderam aos pré-requisitos consignados no instrumento convocatório.

Ressaltamos que esta decisão foi tomada em consonância com o princípio de vinculação ao instrumento convocatório previsto no artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para administração, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifo nosso)

Ademais, na fase em que o processo se encontra, não houve ferimento à competitividade, uma vez que ainda estamos cuidando da HABILITAÇÃO dos proponentes, restando as PROPOSTAS de TODOS os licitantes devidamente rubricadas por seus representantes e membros da Comissão, devidamente lacradas de forma a garantir a lisura e transparência na condução do certame bem como a real obtenção de melhor proposta apta a cumprir o objeto licitado.

Cabe vincar que esta Comissão analisou os documentos criteriosamente de acordo com os preceitos contidos no edital da Concorrência Pública, que é considerada a lei interna do procedimento licitatório.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

“PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Por fim, esta decisão será publicada na Imprensa Oficial Eletrônica do Município, na forma da Lei Municipal nº 4.238, de 11 de fevereiro de 2016, e ainda, disponibilizada no sítio www.tremembe.sp.gov.br – Link: *licitações/Concorrência Pública, nos termos da Lei de Acesso à Informação*, tendo início o prazo recursal previsto no artigo 109 da lei 8.666/93.

Estância Turística de Tremembé, 15 de setembro de 2021.

Caroline Cristina Marcondes

Presidente da Comissão

Patrícia Terezinha de Faria

Membro da Comissão

Fernanda de Andrade Lima e Silva

Membro da Comissão





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

“PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

DESPACHO

RATIFICO a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações, referente ao **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2021 - PROCESSO INTERNO Nº 4.318/2021**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE CANALIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE MARGENS E PROCESSOS EROSIVOS DO CÓRREGO DO MOINHO – TREMEMBÉ TRECHO 06-200 METROS LINEARES (SEÇÃO 5), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL**, que **HABILITA** as empresas: **EDE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **57.805.087/0001-91**, **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº **00.900.846/0001-88** e **J. NASSIF ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **62.122.593/0001-16**, com designação prévia de abertura das **PROPOSTAS** no dia **24/09/2021 às 14h**, no Departamento de Licitações e Contratos, assegurando o disposto no art. 109 da lei 8.666/93.

Estância Turística de Tremembé, 16 de setembro de 2021.

Clemente Antonio de Lima Neto
Prefeito Municipal

